



## A TEORIA QUEER NA ANÁLISE DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA INCLUSÃO LGBT NO BRASIL

## LA TEORÍA QUEER EN EL ANÁLISIS DE POLÍTICAS EDUCATIVAS PARA INCLUSIÓN LGBT EN BRASIL

## QUEER THEORY IN ANALYSIS OF EDUCATIONAL POLICIES FOR LGBT INCLUSION IN BRAZIL

Andi Jasmine Moreira  
Universidade Federal do Paraná - Brasil  
E-mail: andi.jasmine.moreira@gmail.com

Eixo temático 2: Debates, enfoques e perspectivas epistemológicas da Política  
Educativa

**Resumo:** O presente texto busca ilustrar como o conjunto de paradigmas denominado "Teoria Queer" pode ser usado na análise das políticas governamentais voltadas à educação. Analisa o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), à luz das demandas neoliberais de inclusão e permanência dos indivíduos no jogo de mercado, em especial da população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros). Posiciona a escola como instituição reprodutora de discursos historicamente heteronormativos, constituindo um espaço no qual sexo e gênero são naturalizados com base no binário homem/mulher. Apresenta, então, o tensionamento discursivo, gerado pelas políticas inclusivas que se desenvolvem em um espaço escolar heteronormatizado. Ao término, aponta para a emergência de um amplo campo de estudos em educação, no qual é preciso questionar a efetividade do uso de identidades na definição de políticas educacionais.

**Palavras-chave:** Teoria Queer. Educação. Família. Neoliberalismo. PNEDH.

**Resumen:** Este artículo trata de ilustrar cómo el conjunto de paradigmas denominado "Teoría Queer" se puede utilizar en el análisis de las políticas gubernamentales vinculadas a la educación. Se analiza el Plan Nacional de Educación en Derechos Humanos (PNEDH), a la luz de las demandas neoliberales de inclusión y permanencia de los individuos en el juego mercado, en especial la comunidad LGBT (lesbianas, gays, bisexuales, transexuales y transgéneros). Se presenta la escuela como una institución reproductora discursos históricamente heteronormativos, constituyendo un espacio en el cual el sexo es naturalizado en base binaria hombre/mujer. Se presenta, entonces, la tensión discursiva generada por las políticas de inclusión que se desarrollan en un espacio escolar heteronormatizado. Al final, apunta a la aparición de un amplio campo de estudios en la educación, en el cual es preciso cuestionar la eficacia del uso de identidades en la definición de políticas educativas.

**Palabras clave:** Teoría Queer. Educación. Familia. Neoliberalismo. PNEDH.

**Abstract:** This paper aims to illustrate how the set of paradigms called "Queer Theory" can be used in the analysis of government policies related to education. It analyzes the National Plan for Human Rights Education (PNEDH) in light of neoliberal demands for inclusion and permanence of individuals in the market game, taking especial attention to the LGBT (lesbian, gay, bisexual, transsexual and transgender) demands. It



presents the school as a historically reproductive institution of heteronormative discourses, creating a space in which sex and gender are naturalized based on a binary man/woman. Then demonstrates how a discursive tension is generated by inclusive policies applied to a heteronormative school space. At the end, points to the emergence of a wide field of studies in education, in which is necessary to question the effectiveness of using identities in defining educational policies.

**Keywords:** Queer Theory. Education. Family. Neoliberalism. PNEDH.

## Introdução

As políticas educacionais brasileiras da última década ressaltam a importância da garantia de acesso ao ensino, da permanência na escola e do acesso ao conhecimento como mecanismo de promoção da cidadania. Observa-se a intenção de ação do Estado sobre os indivíduos, inclusive em termos de saúde e socialização. No entanto, para além da observância dos chamados direitos sociais, emerge uma preocupação econômica que busca garantir que os indivíduos tornem-se produtivos e participativos no jogo de mercado.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) de 2007 aborda a questão da inclusão, atendendo também às demandas históricas dos movimentos sociais LGBT. No entanto, embora aborde a questão diversidade em seus vários eixos, a política de identidades presente no plano não contempla de forma plena todas as possíveis expressões de gênero e sexualidade, terminando por reforçar um padrão heteronormativo presente na sociedade.

Com o objetivo de questionar o uso de identidades nas políticas educacionais, estabelece-se um diálogo com diversos autores, que nos apresentam um conjunto de teorias que podem ser usadas na análise destas políticas. Este artigo busca apresentar algumas destas teorias, que fazem parte de um quadro teórico denominado Teoria Queer, resultante da convergência entre teorias feministas, pós-estruturalistas e psicanalíticas. Esta teoria propõe a investigação ou “desconstrução” (análise) das categorias do sujeito, questionando a estabilidade das identidades sexuadas e “generificadas”. (SALIH, 2012).



## O Dispositivo da Sexualidade

Foucault (1988) descreve que a partir do século XVIII, na França, observa-se a ascensão de um discurso burguês sobre o sexo, buscando controle sobre as populações e seu potencial produtivo e, de forma sistêmica, implantando a matriz heterossexual como norma para a sociedade. A ciência, então subordinada à uma moral de base religiosa, começou a classificar e normatizar a existência das sexualidades que não se adequavam ao padrão. Segundo Foucault (1988, p. 76):

A questão sobre o que somos, em alguns séculos, uma certa corrente nos levou a colocá-la em relação ao sexo. Nem tanto ao sexo-natureza [...], mas ao sexo-história, ao sexo-significação, ao sexo-discurso.

Foram instauradas políticas de controle do sexo, que foram levadas a termo por meio de instituições e estratégias discursivas, compondo o que Foucault (1988) define como “dispositivo da sexualidade”. Toda sexualidade taxada como não produtiva<sup>1</sup> era passível de patologização e sujeita a sanções. Iniciou-se um processo crescente de controle e extração de verdade dos corpos. Inaugura-se um novo moto-perpétuo, poder, prazer e saber<sup>2</sup> se realimentam de forma intensa, criando novas espécies e patologias. Prática esta que persiste até a atualidade.

## Família e Sexualidade

Para Foucault (1988), a família é absorvida e integrada aos mecanismos políticos por meio do dispositivo da sexualidade. Sendo esta essencial aos processos de controle das populações. A família é integrada aos sistemas pelo que Foucault (1988, p. 73) chama de política de alianças:

---

<sup>1</sup> Sexualidade não produtiva é entendida como qualquer forma de expressão sexual não relacionada à reprodução e/ou exercida fora do casamento.

<sup>2</sup> No livro História da Sexualidade, Foucault articula os conceitos de poder, prazer e saber para explicar a captura das sexualidades não produtivas por meio do que chama de “dispositivo da sexualidade”.



A família é o permutador da sexualidade com a aliança: transporta a lei e a dimensão do jurídico para o dispositivo de sexualidade; e a economia do prazer e a intensidade das sensações para o regime da aliança.

Foucault (1988) argumenta ainda que a família não representa diretamente o poder do Estado, antes, torna-se um instrumento disciplinador de corpos, resguardada pelos discursos médicos, pedagógicos e psiquiátricos. Neste sentido, a colaboração entre escola e família estabelece-se, a doutrina dos corpos passa a ser um objetivo comum e é estendida à toda família.

A família é absorvida e integrada aos mecanismos de saber-poder, tornando-se peça chave para suporte e manutenção das estruturas econômicas, um instrumento disciplinador de corpos, que controla e é controlada em seus perímetros de interação social.

### **Escola e Sexualidade**

Segundo Foucault (1988), a escola é, assim como a família, uma instituição onde se processam de forma acentuada mecanismos de controle da sexualidade, um lugar de disciplina, no qual todos os comportamentos “desviantes” estão sujeitos à observação, catalogação e controle. Nela, tornam-se evidentes redes de poder-saber-prazer, que visam extrair verdades dos alunos exercendo controle sobre os mesmos, se realimentando por meio dessa extração, como afirma Foucault (1988, p. 45):

o controle vigilante é recompensado por uma emoção que o reforça; a intensidade da confissão relança a curiosidade do questionário; o prazer descoberto reflui em direção ao poder que o cerca.

Neste sentido, a escola é uma instituição de reprodução de discursos historicamente heteronormativos, que fazem com que essa escola seja um espaço de sexo e gênero “naturalizados”. Segundo (Butler, 2003), essa naturalização se traduz na ideia de uma sexualidade normal, ou em uma



heterossexualidade compulsória<sup>3</sup>, e é responsável pela manutenção do lugar do “outro”, do “abjeto”, para Butler (2003, p. 169):

O “abjeto” designa aquilo que foi expulso do corpo, descartado como excremento, tornado literalmente ‘Outro’. Parece uma expulsão de elementos estranhos, mas é precisamente através dessa expulsão que o estranho se estabelece. A construção do ‘não eu’ como abjeto estabelece s limites do corpo, que são também os primeiros contornos do sujeito.

A participação da família no ambiente escolar surge então como uma tecnologia de controle das populações e manutenção do modelo heteronormativo. Olhando para a escola e suas políticas de participação familiar, percebe-se que as famílias não heteronormatizadas acabam por ocupar o lugar do “outro”, principalmente quando esta condição é explicitada, para Louro (2001, p. 548):

[...] as identidades sexuais e de gênero (como todas as identidades sociais) têm o caráter fragmentado, instável, histórico e plural, afirmado pelos teóricos e teóricas culturais. (...) A admissão de uma nova identidade sexual ou de uma nova identidade de gênero é considerada uma alteração essencial, uma alteração que atinge a "essência" do sujeito.

O conceito de alteração essencial e o posicionamento como o “outro” podem ser estendidos à família e trazem consigo incertezas que representam uma ameaça ao modelo heteronormativo. A família passa a ser observada, dissecada e julgada em relação ao que representa para seus grupos de interação e toda a sociedade, Segundo Louro (2000, p. 15):

[...] as sociedades realizam esses processos e, então, constroem os contornos demarcadores das fronteiras entre aqueles que representam a norma (que estão em consonância com seus padrões culturais) e aqueles que ficam fora dela, às suas margens.

---

<sup>3</sup> Para Butler (2003), heterossexualidade compulsória representa um regime de poder e discursos que rejeita qualquer forma de sexualidade que não seja baseada no modelo heterossexual hegemônico.



### **A Ascensão das Identidades e a Governamentalidade Biopolítica Neoliberal**

Louro (2001) aponta que a partir da década de 1960, os movimentos feministas e de gays e lésbicas, trouxeram à tona, por meio de debates, uma nova visão sobre sexualidade e gênero. Emerge então um novo movimento, calcado em identidades que se definem socialmente, através de um jogo de poderes, e que continuam a classificar como espécies indivíduos e grupos, mantendo-os sempre à uma certa distância.

No Brasil, observa-se, nas últimas décadas, que os grupos de defesa dos direitos LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) têm focado no uso de identidades como instrumento jurídico, buscando conquistar direitos para grupos cada vez mais diversos e dispersos (CÉSAR, 2013). No entanto, o uso destas identidades permite a sua própria “captura”, por meio do que Foucault define como “dispositivo da sexualidade” (FOUCAULT, 1988). Identidades e sexualidades ditas “periféricas” são classificadas e categorizadas, definem o “lugar do outro” e acabam servindo como instrumentos afirmativos de um modelo heteronormativo<sup>4</sup> que permeia as instituições. Paradoxalmente, este modelo acaba por pautar as relações dos próprios grupos LGBT (e seus indivíduos) com as instituições.

Para Foucault (2008), no modelo neoliberal norte-americano, o poder público age de acordo as leis de oferta e procura do mercado, criando políticas para a população de acordo com o modelo que ele denomina de Governamentalidade Biopolítica Neoliberal. Esta modalidade de poder, pautada pela lógica da otimização econômica, demanda a participação de todos no jogo de mercado.

Assim, o reforço afirmativo do padrão heteronormativo é contraposto à ascensão dos discursos de inclusão das minorias, que fazem parte do conjunto de tecnologias voltadas ao gerenciamento e manutenção de “crise” (LOPES, 2009), característico do modelo neoliberal. Estas tecnologias resultam em

---

<sup>4</sup> Por modelo heteronormativo entende-se um conjunto de normas histórica, social e culturalmente constituído, baseado no binário identitário homem/mulher e sustentado pela prática heterossexual.



ações de higienização e normalização de uma população, reduzindo as instabilidades do sistema político-econômico e deslocando os riscos associados para uma região de controle.

Desta forma os grupos antes identificados como “minorias excluídas”<sup>5</sup> passam a ter relevância, tanto em termos econômicos quanto em termos de segurança ou estabilidade do próprio sistema de poder. Observa-se então certo recuo das práticas disciplinares e normalizadoras nas instituições, surge o discurso da “diversidade”. As sexualidades periféricas são agora capital humano, integráveis ao mercado, pessoas quem consomem e produzem .

César (2013) aponta para a transição dos discursos, se antes falava-se de minorias, atualmente busca-se uma abordagem que valorize a diversidade sexual e de gênero. Isto aponta para uma recente mudança das políticas públicas para a diversidade, que no contexto da educação se realizam por meio das práticas escolares.

Do ponto de vista econômico neoliberal, há interesse em manter os indivíduos sempre em atividade e incluídos, mas com diferentes níveis de participação (Lopes, 2009). A participação compulsória é necessária à manutenção do mercado e do próprio Estado e é sustentada pela educação para o jogo de mercado, pela permanência neste jogo e pelo desejo dessa permanência (Lopes, 2009). Assim, desenvolvem-se políticas de inclusão em várias direções e esferas, particularmente na escola, pois nela se inicia o ciclo de participação.

### **Um Novo Campo de Estudo**

Olhando para o PNEDH, observam-se cinco grandes eixos de atuação: Educação Básica; Educação Superior; Educação Não-Formal; Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança Pública; Educação e Mídia. Para cada eixo, estabelece concepções, princípios, objetivos, diretrizes e linhas

---

<sup>5</sup> Por minorias excluídas entende-se o conjunto de pessoas e grupos que não possuem acesso às instituições e ao mercado, do qual fazem parte os corpos abjetos e as sexualidades periféricas.



de ação que estão descritos no próprio documento. Em todos os eixos a temática da diversidade sexual e de gênero está presente, associada à garantia de acesso ao ensino, permanência na escola e conclusão, acesso à informação e à cidadania. O plano demonstra um desejo institucionalizado de que estas minorias sejam incluídas e permaneçam no jogo de mercado.

Observa-se o alinhamento, por meio de políticas, das necessidades do mercado/Estado com as demandas dos grupos LGBT (e demais minorias), o que está de acordo com o modelo de governamentalidade biopolítica neoliberal (Foucault, 2008). Por um lado há a inclusão destes grupos no jogo e seu deslocamento para uma região de controle. Por outro, o atendimento das demandas por igualdade de acesso às instituições, exercício dos direitos e cidadania. Neste contexto, a escola, como instituição que leva a cabo a implementação destas políticas de inclusão, busca atingir não apenas estudantes, mas também suas famílias.

Neste ponto surge um tensionamento entre as políticas inclusivas, calcadas em identidades e a escola enquanto instituição de reprodução das práticas heteronormativas. Famílias LGBT, compostas por pessoas transexuais, lésbicas, gays, e demais gêneros e/ou sexualidades não pertencentes ao modelo heterossexual, ficam expostas à uma heterossexualidade compulsória, como define Butler (2003, p. 30):

A instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada demanda e regula o gênero como uma relação binária, na qual o termo masculino é diferenciado do feminino e esta diferenciação é realizada por meio das práticas de desejo heterossexual.

Desenvolve-se então um quadro no qual é esperada, por meio das políticas neoliberais, a inclusão no ambiente escolar das famílias não heteronormatizadas que são abjetas<sup>6</sup> a esse mesmo espaço. Para a escola, a execução dessas políticas constitui-se em um problema de ordem prática que resulta em ações contraditórias do ponto de vista dos discursos e das práticas. Ações que impactam diretamente as famílias não heteronormatizadas, que

---

<sup>6</sup> Aqui faço a extrapolação do conceito de corpo abjeto de Judith Butler para a família.





terminam por desenvolver estratégias de “resistência” ou de “sujeição” para garantir sua permanência na escola e no jogo de mercado.

Um novo campo de pesquisa se constitui na interseção da governamentalidade neoliberal com uma escola pautada por práticas heteronormativas, cuja origem é histórica, social e cultural. Desta forma, torna-se relevante a análise dos discursos e das relações entre escola, família e Estado, feita sob a ótica da teoria queer. É preciso analisar os fatores históricos, sociais e culturais que tornaram e ainda tornam certas identidades necessárias à sobrevivência dos grupos LGBT em um ambiente escolar heteronormatizado.

É preciso questionar ainda a efetividade das tecnologias neoliberais no plano estrutural das relações de poder das instituições, em especial da escola, para avaliar a dinâmica das práticas de inclusão/exclusão. Por fim, é preciso identificar as práticas constitutivas das relações de poder entre escola, famílias e Estado, bem como problematizar o uso de identidades como instrumento de significação e valoração destas relações.

### Referências

BUTLER, J. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. New Yorque and London: Routledge, 2003. Kindle Edition.

CÉSAR, M. R. de A. **A invenção da adolescência no discurso psicopedagógico**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CÉSAR, M. R. de A. **Governamentalização do Estado, movimentos LGBT e escola: capturas e resistências**. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/12908>> Acesso em: 01 jul. 2013.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979)**. 1. ed. São Paulo: Martin Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. 34. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1987.



LOURO, G. L.; SILVA, T. T. da (Org.). **O Corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, G. L.; SILVA, T. T. da Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Rev. Estud. Fem.**, v.9, n.2, p.541-553. 2001. ISSN 0104-026X

LOURO, G. L.; SILVA, T. T. da **Um Corpo Estranho** – Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SALIH, S. **Judith Butler e a teoria queer**. Trad. e notas Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.